

GRELHA DE CORREÇÃO DO EXAME DE INTEGRAÇÃO FISCAL NEGATIVA NA UE

27 de junho de 2023

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica - Ano Letivo de 2022-2023

Prof. Doutora Paula Rosado Pereira

Nota: O presente exame versa exclusivamente sobre jurisprudência do TJUE em matéria de tributação direta.

1.

“O TJ tem vindo a assegurar aos serviços transfronteiriços, no âmbito fiscal, uma proteção bastante relevante, no sentido de evitar a discriminação e o desincentivo”.

Comente esta afirmação, no contexto das liberdades económicas fundamentais previstas no TFUE. Refira-se também, sucintamente, a 2 ou 3 Casos decididos pelo TJ que, a seu ver, sejam particularmente ilustrativos da referida proteção conferida à prestação de serviços transfronteiriços.

(6,6 valores)

Abordar os aspetos essenciais da liberdade de prestação de serviços a nível transfronteiriço, no plano europeu. Dar o enquadramento desta liberdade no TFUE e distingui-la das outras liberdades económicas fundamentais.

Esclarecer porque é que a existência, a nível fiscal, de eventuais discriminações ou restrições, num Estado-membro, em relação aos prestadores de serviços estabelecidos num Estado-membro diferente, constitui um desincentivo ao mercado interno europeu. Abordar também o tema das discriminações ou restrições fiscais ao nível da aquisição de serviços noutro Estado-membro diferente daquele em que se reside.

Abordar os casos selecionados (v.g. Centro Equestre da Lezíria Grande, Scorpio, Danner, Comissão/Bélgica), explicando sucintamente os factos e, principalmente, qual a decisão do TJ e o seu impacto para a defesa da liberdade de prestação de serviços transfronteiriços.

2.

A compatibilização entre o Direito Fiscal Internacional e o Direito Fiscal Europeu tem sido um desafio enfrentado pela UE e que se encontra patente em várias decisões do TJ. Escolha 2 ou 3 dessas decisões e refira sinteticamente o assunto debatido no Acórdão, bem como a solução proposta pelo TJ para o referido problema.

(6,6 valores)

Analisar a forma como o DFE se baseia nos conceitos e princípios do DFI.

Explicitar o modo como o DFE elevou tais conceitos e princípios a níveis de maior sofisticação, aperfeiçoamento e justiça, referindo-se aos saltos valorativos e aos saltos conceptuais assegurados pelo TJ, no âmbito do DFE.

Dentro da problemática da relação entre o DFI e o DFE, selecionar temas específicos, tais como a posição do DFE e do TJ face às CDTs.

Abordar os casos selecionados (v.g. Schumacker, Gilly, Saint Gobain, “D”), explicando sucintamente os factos e, principalmente, qual a decisão do TJ e o seu impacto ao nível da relação entre DFI e DFE.

3.

Debata a questão da prevenção do abuso fiscal e o seu papel na jurisprudência do TJ. Na sua resposta, refira 2 ou 3 decisões do TJ em que esta questão se encontre presente e explique, sucintamente, a sua relevância para a decisão final.

(6,6 valores)

Explicar em que consiste o abuso fiscal, qual a posição que vem sendo assumida pelo TJ em termos de prevenção do abuso fiscal e qual a evolução dessa posição.

Aprofundando:

Referir os termos nos quais o abuso fiscal é, por vezes, invocado pelos Estados como uma causa justificativa da existência de um tratamento fiscal que restringe as liberdades económicas fundamentais.

Explicar como é que o TJ procura alcançar um equilíbrio entre a prevenção do abuso fiscal, por um lado, e a salvaguarda das liberdades económicas fundamentais, por outro.

Abordar os casos selecionados (v.g. Cadbury Schweppes, Danish Cases, Lankhorst, ICI), explicando sucintamente os factos e, principalmente, qual a decisão do TJ nesses casos.

Neste âmbito, cabe explicitar a importância das decisões do TJ ao nível da prevenção do abuso fiscal, da criação de testes para a verificação da existência do abuso fiscal, da conjugação entre a atuação anti-abusiva e a salvaguarda das liberdades económicas fundamentais, designadamente.

Aprofundar alguns aspetos que considere especialmente relevantes, v.g. o dos expedientes puramente artificiais.